



**AUTÓGRAFO Nº 118, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025**

**AO**

**PROJETO DE LEI Nº 126, DE 2025.**

**“Dispõe sobre a regulamentação da prática de soltar pipas, papagaios e similares no Município de Itanhaém e dá outras providências.”**

**A CÂMARA MUNICIPAL DE ITANHAÉM DECRETA:**

**Art. 1º** - Fica regulamentado no Município de Itanhaém o uso de pipas, papagaios, pandorgas e artefatos semelhantes, com o objetivo de garantir a segurança pública, preservar a rede elétrica, proteger o meio ambiente e resguardar a integridade física de pessoas e animais.

**Art. 2º** - É expressamente proibido em todo o território do Município de Itanhaém:

I – o uso, a posse, a fabricação e a comercialização de linhas cortantes, incluindo cerol, linha chilena ou quaisquer outras substâncias abrasivas aplicadas a linhas de pipa;

II – soltar pipas em vias públicas, rodovias, áreas urbanas movimentadas, próximas a escolas em horário de funcionamento, unidades de saúde ou redes elétricas;

III – a prática de soltar pipas em horário noturno ou sob condições climáticas adversas, como ventos fortes, chuvas ou tempestades.

**Parágrafo único.** Entendem-se como linhas cortantes os produtos acabados que contenham, em sua composição, substâncias como óxido de alumínio, pó de vidro, quartzo ou quaisquer elementos que possam provocar corte ou abrasão.



***Câmara Municipal da Estância Balneária de Itanhaém***  
ESTADO DE SÃO PAULO

**Art. 3º** - Fica permitido soltar pipas exclusivamente em áreas públicas previamente autorizadas e sinalizadas pela Prefeitura de Itanhaém, como:

- I – praças abertas;
- II – campos de futebol públicos;
- III – terrenos públicos abertos com área mínima de 500m²;
- IV – faixa de areia das praias, desde que respeitadas as condições estabelecidas pelo Poder Executivo e os critérios ambientais e de segurança.

§ 1º Os locais definidos deverão ser distantes de redes elétricas e não poderão oferecer risco a pedestres, ciclistas, motociclistas, banhistas, residências e edificações.

§ 2º A prática na faixa de areia será permitida apenas fora do horário de maior movimentação de banhistas, e nunca nas proximidades de áreas com guarda-vidas, postos de salvamento ou onde houver sinalização de proibição.

§ 3º O Poder Executivo deverá instalar sinalização visível informando: “Área autorizada para soltar pipas – uso de linhas cortantes é proibido”.

**Art. 4º** O Poder Executivo Municipal, por meio das secretarias competentes, poderá:

- I – Estabelecer parcerias com instituições públicas e privadas, inclusive com protetores e organizações de defesa animal atuantes em Itanhaém, para desenvolver e fortalecer ações relacionadas à campanha;
- II – Apoiar projetos, pesquisas e ações que contribuam para a redução de acidentes com animais nas vias públicas, bem como fomentar políticas públicas integradas de proteção animal e mobilidade urbana responsável.

**Art. 5º** - O descumprimento das disposições desta Lei acarretará as seguintes penalidades, sem prejuízo de sanções civis e penais:

- I – advertência escrita, na primeira infração;
- II – multa no valor de 100 (Cem) Unidades Fiscais do Município (UF's), aplicada em dobro em caso de reincidência;
- III – apreensão do material utilizado;



***Câmara Municipal da Estância Balneária de Itanhaém***  
ESTADO DE SÃO PAULO

IV – interdição do estabelecimento ou ponto de venda, no caso de comércio ilegal de linhas cortantes;

V – cancelamento do alvará de funcionamento em caso de reincidência por pessoa jurídica.

§ 2º Em caso de infração cometida por menor de idade, a responsabilidade será atribuída aos pais ou responsáveis legais.

**Art. 6º** - Fica a critério do Poder Executivo a divulgação dos locais autorizados para a prática de soltar pipas, bem como a promoção de campanhas educativas nas escolas, centros comunitários e mídias institucionais sobre o uso seguro e consciente dessa atividade.

**Art. 7º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Câmara Municipal de Itanhaém, 18 de novembro de 2025.**

**EDINALDO DOS SANTOS BARROS**  
**Presidente**

**FERNANDO DA S. X. DE MIRANDA**  
**Primeiro-Secretário**

**SEVERINO BENTO GOMES**  
**Segundo-Secretário**

Processo Eletrônico sob nº 2.421/2025.

Projeto de Lei nº 126/2025, de autoria dos Vereadores William Tadeu Ramos de Sousa (William Thor), Leandro Gonçalves Magri (Leandro Mancha), Alexandre Firmino Alves (Alexandre da Regional) e José Domingos Gonçalves Silva (Zequinha).

Departamento Parlamentar, em 18 de novembro de 2025.

**Ana Marcia Muniz**  
**Diretora Parlamentar**

## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço /autenticidade utilizando o identificador 320039003700320038003A00540052004100

Assinado eletronicamente por **EDINALDO DOS SANTOS BARROS** em 18/11/2025 15:49  
Checksum: **F476BB2CBF33E66DCA2F7F25FFC4B7F9156C38CED5524A1450900F5CE00B5B76**

Assinado eletronicamente por **SEVERINO BENTO GOMES** em 19/11/2025 10:39  
Checksum: **82C03506B539B2096E52453283A6D275D08649456E58B5F95ED2AA6C7DA1FC79**

Assinado eletronicamente por **FERNANDO DA SILVA XAVIER DE MIRANDA** em 19/11/2025 10:53  
Checksum: **0F56C8948463205AA646E1EB24DC49FF3749E23B3B5B91A4FDBFCF22BA55F152**